



D.O.E. de 119 FEV 1988 07

C E E  
SEÇÃO DE REVISÃO  
12-2-88 / *[assinatura]*

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1022/81

INTERESSADA: FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS

ASSUNTO: Reajuste especial para o 2º semestre de 1987.

RELATOR; Cons. João Cardoso Palma Filho

INDICAÇÃO CEE/CENE nº 63/88 Aprovado em 10 / 2 / 88

CONSELHO PLENO

1 - HISTÓRICO

O requerente está solicitando reajuste especial para correção de defasagem. Funda-se no artigo 5º da Deliberação CEE nº 20/87 e, para isso, instrui o pedido com a documentação prevista na Deliberação CEE nº 23/87.

O pedido foi analisado e indeferido pela CENE.

Entretanto, a indicação CENE foi indeferida "ad referendum" no Pleno, pelo Senhor Presidente deste Colegiado.

Ato contínuo, os autos foram redistribuídos a este Conselho para elaboração de Parecer.

2 - APRECIACÃO

Embora tendo contrariado disposições da Deliberação CEE nº 20/87, a interessada não comunicou previamente aos acadêmicos o reajuste solicitado; entendemos que a correção de defasagem se faz necessária, tendo em vista permitir um equilíbrio entre receita e despesa.

3 - CONCLUSÃO

Isto posto, somos pelo deferimento do pedido de correção de defasagem para a 2ª semestralidade a partir do mês de setembro/87, na seguinte conformidade:

- 1 - Curso de Letras . . . . . 60%
- 2 - Curso de Ciências Sociais . . . . . 60%
- 3 - Curso de Pedagogia . . . . . 60%
- 4 - Matemática . . . . . 40%
- 5 - Licenciatura em Ciências . . . . . 40%
- 6 - Ciências Contábeis . . . . . 60%
- 7 - Ciências Econômicas . . . . . 60%

- 8 - Administração de Empresas . . . . . 40%
- 9 - Administração Hospitalar . . . . . 40%

São Paulo, 05 de fevereiro de 1988.

\*\*\*

---

a) Cons. João Cardoso Palma Filho  
Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por ~~maioria~~, a presente Indicação, nos termos do voto do Relator.

O Conselheiro Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães foi voto vencido nos termos de sua Declaração de Voto.

Sala "Carlos Pásquale" em 10 de fevereiro de 1988.

a) Cons<sup>o</sup> Jorge Nagle  
Presidente

DECLARAÇÃO DE VOTO

Votamos contrariamente ao Parecer do eminente Relator, Conselheiro Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá.

Reafirmamos, neste passo, inconformidade com a decisão adotada pelo Senhor Presidente do Conselho, ao aprovar e indeferir "ad referendum" do Conselho Pleno, processos relativos a encargos educacionais.

A decisão em tela é nula de pleno direito, não podendo prevalecer nem ter eficácia os atos dela decorrentes.

Fundamentou-se equivocadamente o Senhor Presidente no inciso XII do artigo 14 do Regimento deste Conselho.

Referido dispositivo inclui entre as atribuições do Presidente do Colegiado:

"XII- adotar, "ad referendum" do Conselho, as providências de caráter urgente da competência expressa deste."

Ressalta, desde logo, que não se pode confundir a atribuição de "adotar providências" com decidir aprovando ou rejeitando Pareceres.

A adoção de providências "ad referendum" está presa, evidentemente, a casos em que, muito embora necessite o Presidente de um aval do Plenário para determinada situação, dado o caráter de urgência, deva ele, desde logo, praticar o ato a ser, posteriormente, referendado ou não pelo Plenário, como, por exemplo, o que contém no inciso X do artigo 14.

Não se inclui nessa prerrogativa a aprovação ou rejeição de Pareceres, casos em que seria violência decidir pelo Plenário, ainda que "ad referendum".

Em sentido geral a "adoção de providências" é ato decorrente de decisão tomada anteriormente por quem tiver a competência de decidir, não se confunde, repita-se, com ato decisório.

Se fosse para abrigar a hipótese, o Regimento diria "adotar providências e aprovar ou rejeitar Pareceres "ad referendum" do Conselho Pleno." A autorização, assim, haveria de ser clara e específica.

A prerrogativa do "ad referendum" representa uma forma de delegação. Com efeito, por via do Regimento do Conselho é delegado ao Presidente competência para praticar determinados atos, isto é, adotar providências que, depois, serão ou não confirmadas pelo Plenário.

Sendo delegação, há de ser expressa, não pode ser presumida.

O dispositivo regimental quando fala em "adotar providências", certamente refere-se a providências administrativas, até mesmo por uma razão semântica. "Adotar providências" não é deliberar.

Valemo-nos até das citações de Dicionaristas, feitas pelo ilustre Relator, onde, em nenhum momento, encontramos base para a interpretação extensiva do dispositivo contido no item XII do artigo 14 do Regimento do Conselho.

De acordo com os administrativistas, a vontade dos órgãos Colegiados manifestam-se por meio de Deliberações. Ora, o citado inciso XII do artigo 14 não afirma possa o Presidente deliberar "ad referendum" do Plenário."

O que houve, pois, foi a prática de ato nulo que não pode prosperar e nem ter qualquer eficácia jurídica. É como se não tivesse existido. Não se pode cassar atribuição do Conselho Pleno - e só dele - por via de decisão unilateral da Presidência do Conselho ainda que se diga ter sido ela "ad referendum".

Não pode tais decisões ser tomadas por quem quer que seja "ad referendum".

Tais atos, portanto, assim praticados, são nulos de pleno direito.

Em 27 de janeiro de 1988.

a) Cons<sup>o</sup> Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães

a) Cons<sup>o</sup> Célio Benevides de Carvalho.